



Câmara Municipal de Irupi

## **DECLARAÇÃO DO CHEFE DO PODER LEGISLATIVO – CONTROLE DA DESPESA COM PESSOAL**

Eu, **JOSE CARLOS NUNES MORENO**, Presidente da Câmara Municipal de Irupi, Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto na Lei complementar 101/2000, vem a presença de Vossa Excelência, **DECLARAR** que:

Considerando os termos do art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que cuida do controle da despesa total com pessoal, declaro que a Câmara Municipal de Irupi-ES:

1) Não praticou ato que provoque aumento da despesa com pessoal, desatendendo:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

2) Entende que não praticou ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final deste mandato encerrado no exercício de 2024, conforme dispõe o Art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, em função de ter sido editada lei Municipal que fixou o subsídio dos vereadores com fundamento no artigo 56, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e no voto do Relator nº 00368/2023-7, de lavra do Conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha nos autos do processo nº 00935/2022-6, que gerou o Parecer Consulta nº 00002/2023, que foi aprovado por unanimidade e, usou como parâmetro para seu voto, decisão do Tribunal de Contas da Bahia (processo 01102-21 – Parecer 00144-21, de 26/02/2021), notadamente na página 26 do citado Relatório, que assim descreve, *in verbis*:

**(...)”8) Fixação e alteração do subsídio dos Vereadores para a próxima legislatura. Exegese dos arts. 21, da LRF e 8º, da LC nº 173/2020.**



## **Câmara Municipal de Irupi**

*A fixação dos subsídios dos Vereadores na legislatura anterior para surtir efeitos na subsequente (inteligência do art. 29, VI, da Constituição Federal) não se encontra entre as vedações dispostas no art. 21, da LRF.”(...)*

Desta forma, a edição da Lei nº 1.133/2024, foi baseada na Lei Orgânica Municipal e no voto do Relator nº 00368/2023-7, de lavra do Conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha nos autos do processo nº 00935/2022-6, que gerou o Parecer Consulta nº 00002/2023, que foi aprovado por unanimidade pelo Plenário do TCEES.

3) Não praticou ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final deste mandato encerrado no exercício de 2024;

4) Não sancionou norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou editou ato para nomeação de aprovados em concursos públicos, quando:

a) Resultasse em aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final deste mandato encerrado no exercício de 2024;

b) Resultasse em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final deste mandato encerrado no exercício de 2023.

Por ser verdade, firmo o presente.

Irupi-ES, 18 de março de 2024.

**JOSÉ CARLOS NUNES MORENO**  
Presidente da Câmara Municipal de Irupi